

ATA DA XIII COMISSÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA FRANCESA

Macapá (Amapá), 11 a 13 de junho de 2024

Realizou-se, em Macapá, entre os dias 11 e 13 de junho de 2024, a XIII Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) Brasil-França. A reunião plenária e os encontros paralelos ocorreram entre os dias 11 e 12, na sede do SEBRAE, enquanto o dia 13 foi destinado a programação relacionada ao ecoturismo, oferecida pelo Governo do estado do Amapá às delegações.

A delegação brasileira foi copresidida pelo governador do Amapá, Clécio Luís, e pelo diretor do Departamento de Europa, ministro Flavio Goldman. Integraram a delegação brasileira, entre outras autoridades, o ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (durante todo o dia 12/6); o vice-líder do Governo no Congresso Nacional, deputado Dorinaldo Malafaia (PDT/AP); o comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, general Furtado; o presidente do Tribunal de Justiça do estado do Amapá, desembargador Adão Carvalho.

Estiveram presentes, ademais, pela delegação do Governo Federal, representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde (MS), do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), do Exército Brasileiro (EB), da Marinha do Brasil (MB), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Pelo Governo do estado do Amapá, compareceram representantes da Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior (SECRICOMEX/AP), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI/AP), Secretaria da Comunicação (SECOM/AP), Secretaria de Planejamento (SEPLAN/AP), Secretaria de Pesca e Aquicultura (SEPAQ/AP), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/AP), Secretaria Extraordinária de Assuntos da Transposição (TRANSPOSIÇÃO/AP), Secretaria de Saúde (SESA/AP), Secretaria de Infraestrutura (SEINF/AP), Secretaria de Governo (SEGOV/AP), Secretaria de Educação (SEED/AP), Secretaria de Cultura (SECULT/AP), Secretaria de Turismo (SETUR/AP), da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AP), do Gabinete do Governador (GEA/AP), da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária (DIAGRO/AP), da

Agência Amapá, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), do Centro de Gestão da Tecnologia da Informação (PRODAP), da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS/AP), da Polícia Militar (PM/AP), do Corpo de Bombeiros Militar (CBM/AP), e do Plano Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF). Também estiveram presentes representantes da Câmara dos Deputados (CD), do Senado Federal (SF), do Tribunal de Justiça do estado do Amapá (TJAP), da Assembleia Legislativa do estado do Amapá (ALAP), da Procuradoria-Geral do estado do Amapá (PGE/AP), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Amapá (MRE/AP), da Defensoria Pública do estado do Amapá (DPE/AP), da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), da Federação do Comércio do estado do Amapá (FECOMÉRCIO/AP), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado do Amapá (SEBRAE/AP), e das empresas CNP Brasil e Norte Telecom.

A delegação francesa, por sua vez, foi presidida pela diretora de Américas e Caribe do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, embaixadora Michèle Ramis. Compuseram a delegação, entre outras autoridades francesas, o senador Georges Patient; o presidente da Coletividade Territorial da Guiana Francesa (CTG), Gabriel Serville; o embaixador delegado para a Cooperação Regional na Zona Atlântica no Ministério do Interior e do Ultramar, embaixador Roland Dubertrand; o ministro-conselheiro da Embaixada da França em Brasília, Olivier Fontan; o chefe do Estado-Maior Conjunto na Guiana, coronel Christophe Degand; o conselheiro diplomático do "préfet", embaixador Laurent Delahousse, o vice-presidente do Grande Conselho Costumeiro, Sylvio Van der Pijl; e o procurador geral da Corte de Apelação de Caiena, Joël Sollier

Estiveram presentes, ademais, representantes do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, da Embaixada da França em Brasília, do Ministério do Interior e do Ultramar, da "Préfecture" da Guiana Francesa, da Sous-Préfecture" de Saint-Georges de l'Oyapock, da Coletividade Territorial da Guiana Francesa (CTG), , das Forças Armadas francesas na Guiana Francesa, da Gendarmaria na Guiana Francesa, da Polícia de Fronteira, do Centro de Cooperação Policial de Saint Georges, da Corte de Apelação de Caiena, da Aduana Francesa, do Reitorado na Guiana Francesa, da Universidade da Guiana Francesa, da Agência Regional de Saúde da Guiana Francesa (ARS), da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do Parque Amazônico da Guiana Francesa, do Serviço Departamental de Incêndios e Socorro da Guiana Francesa, da Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa, do Comitê de Águas e Biodiversidade da Guiana Francesa, do Escritório de Águas da Guiana Francesa, do Escritório Internacional de Águas (OiEau), do projeto BIO-PLATEAUX, do Grupo Hospitalar do Território da Guiana Francesa, do Centro Local de Prevenção e Atendimento de Saint-Georges de l'Oyapock, das

prefeituras de Kourou, de Montsinéry-Tonnégrande, de Sinnamary, e de Saint-Georges de l'Oyapock,

TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2024

ABERTURA

Discursaram, pelo lado brasileiro, o governador Clécio Luís e o ministro Flavio Goldman. Em sua fala, o governador do Amapá saudou os avanços obtidos no último ano, desde a realização da última CMT, e discursou a favor do aumento da integração entre o estado do Amapá e a coletividade da Guiana Francesa. O ministro Flavio Goldman, por sua vez, discorreu sobre o novo capítulo das relações entre o Brasil e a França, inaugurado em março último, com a visita de Estado ao Brasil do presidente Emmanuel Macron e a assinatura do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica.

Pelo lado francês, discursaram a embaixadora Michèle Ramis, o senador Georges Patient, o presidente da CTG Gabriel Serville, e o prefeito de Kourou, François Ringuet. A embaixadora Michèle Ramis, ao fazer menção ao capítulo destinado ao tema no Novo Plano de Ação, mencionou a importância da visita do presidente Macron em estabelecer novo ritmo para a cooperação transfronteiriça. Elogiou, também, a iniciativa brasileira em organizar reuniões técnicas à margem da plenária, e desculpou-se pela ausência do préfet Antoine Poussier, que copresidiria a delegação, mais que foi incapacitado por causa da organização das eleições para a Assembleia Nacional francesa, convocadas pelo presidente Macron no domingo anterior. O senador Georges Patient, que esteve na delegação do presidente Macron no Brasil, opinou que a visita de Estado do mandatário francês foi carregada de forte simbolismo. Defendeu o fim do regime de vistos para ingresso de cidadãos brasileiros a Guiana Francesa, afirmando ter havido compromisso nesse sentido por parte do presidente Macron durante sua visita. O presidente da CTG, Gabriel Serville, por sua vez, discursou em favor do estreitamento de laços locais e da superação de barreiras, "com coragem e determinação". Agradeceu ao estado do Amapá por ceder espaço físico na Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior para instalação de escritório de representação da CTG. François Ringuet, prefeito de Kourou, concluiu dizendo que as populações de ambos os lados da fronteira esperavam avanços durante essa CMT.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA, CONEXÕES E TRANSPORTES

Circulação de pessoas

A respeito do regime de vistos, a parte brasileira reforçou que as exigências francesas destoam do bom momento do relacionamento bilateral, baseado na amizade e na confiança mútua. Reconheceu os avanços, ainda que insuficientes, logrados no último ano, como a retomada do regime de circulação transfronteiriço. Recordou que o tema foi tratado no mais alto nível durante a visita de Estado ao Brasil do presidente Emmanuel Macron e que o lado brasileiro aguarda resultados concretos no mais breve prazo possível.

Em resposta, o lado francês reiterou o compromisso firmado no Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica, de "continuar as discussões sobre a exigência de vistos de curta duração para a Guiana Francesa, na perspectiva de chegar à sua supressão". Lamentou que o Ministério do Interior e do Ultramar não tenha tido oportunidade de estudar medidas imediatas para facilitar a circulação de pessoas, tendo em vista a eclosão das instabilidades na Nova Caledônia. No âmbito do Ministério da Europa e dos Negócios, contudo, a embaixadora Ramis anunciou a retomada da recolha de dados para os vistos em Macapá no verão de 2024. O anúncio foi recebido com entusiasmo pelas autoridades brasileiras.

Sobre a questão dos refugiados, o ministro Flavio Goldman ressaltou que os números da Polícia Federal demonstram redução significativa no número de cidadãos sírios, afegãos e marroquinos deixando o Brasil pelo Oiapoque. Comparando a média de entradas por mês das três mencionadas nacionalidades em 2023 com a média de entradas por mês até o presente momento em 2024, nota-se diminuição de cerca de 45% no fluxo.

Para tratar da possível supressão do regime de vistos, bem como do fluxo de refugiados, o lado francês propôs a retomada do mecanismo sobre questões migratórias, a ser possivelmente realizado em setembro. A delegação brasileira avaliou positivamente a proposta.

Facilitação do transporte de passageiros

O lado brasileiro reforçou as demandas por maior flexibilidade nas normas francesas a respeito de seguros de veículos. Recordou, ademais, que linha de ônibus entre Macapá e Caiena, acordada no Acordo Referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas (em vigor desde 2016), não está em operação, sobretudo pelo valor do seguro.

O lado francês demonstrou flexibilidade em estudar convergência regulatória com as normativas brasileiras em diversos aspectos relacionados aos transportes de passageiros. Afirmou estar em estudo, ainda, a possibilidade de propor-se a adaptação da carta verde europeia para o contexto transfronteiriço.

As partes saudaram os esforços da CNP Seguradora, por meio da “joint-venture” Youse com a Caixa Econômica Federal, em estudar seguro intermitente para veículos de passeio específico para a região.

Facilitação do transporte de cargas

O ministro Flavio Goldman reiterou o compromisso brasileiro em aderir à Convenção TIR, que facilitará o transporte de cargas. Mencionou que o texto da convenção está em fase final de tramitação e deverá ser enviado em breve para apreciação do Congresso Nacional. Representante da ANTT ressaltou que a adesão do Brasil ao TIR resolverá parte dos problemas do transporte de cargas, mas, devido ao seu custo mais elevado que o ATIT, a aplicação exclusiva do carnê TIR ainda deverá inviabilizar o transporte de alguns tipos de mercadorias. Solicitou ao lado francês, nesse sentido, iniciar desde já conversas para estudar alternativas ao TIR para produtos específicos.

A delegação francesa atualizou a estimativa de abertura de posto de controle fronteira para bens de origem vegetal e animal em Caiena, que deverá iniciar as suas atividades na segunda quinzena de julho de 2024. Foi mencionada, ademais, a experiência de importação, por posto de controle fronteira na ponte binacional, de 220 toneladas de soja produzidas no Amapá. Segundo o lado francês, a experiência tem sido satisfatória e poderá, com ajustes, ser ampliada brevemente para outros bens de origem vegetal que sirvam de comida animal.

Balanço do Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência

O delegado da Receita Federal do Brasil no estado do Amapá fez breve contextualização do regime, estabelecido em 2014 entre os dois países, e que voltou a ser discutido recentemente na III Reunião do Comitê Local de Gerenciamento do Regime de Circulação Transfronteiriça. Na percepção do lado brasileiro, o acordo tem sido aplicado satisfatoriamente na ponte binacional. A representante da Aduana Francesa ponderou, contudo, que a maior parte das trocas comerciais locais, ainda que de bens de subsistência, ocorrem não pela ponte mas pelo rio, onde as verificações alfandegárias são aleatórias.

A delegação brasileira mencionou que os principais produtos apreendidos pela RFB são materiais de construção, que não são considerados, pelo regime vigente, bens de subsistência. Representante da RFB não se opôs, contudo, a reformar o acordo para incluir a categoria, em negociação a ser conduzida pelo Itamaraty. O lado francês ressaltou que materiais de construção brasileiros, para entrar legalmente na Guiana Francesa, devem seguir os padrões técnicos europeus.

Cooperação agrícola

Representante do MAPA informou sobre a preocupação brasileira com a mosca da carambola, que, migrando da Guiana Francesa, está hoje restrita ao Amapá, Roraima e alguns municípios do Pará. Sublinhou que a mosca pode afetar número considerável de espécies frutíferas produzidas no Brasil, impactando severamente, assim, as exportações brasileiras de frutas. O lado francês salientou que as pesquisas a respeito do tema devem continuar, com vistas ao controle biológico efetivo da mosca, e concordou em discutir possível cooperação técnica em reunião paralela à plenária da CMT.

A respeito da praga da mandioca, o lado francês mencionou tratar-se de tema prioritário, tendo em vista a centralidade do tubérculo na alimentação local. Representante da CTG propôs, nesse sentido, estabelecer "ano de combate à praga da mandioca", de modo a assegurar que as autoridades locais priorizem tal agenda, e saudou a cooperação entre a Embrapa e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad). A respeito do tema, concordou-se em prosseguir com as pesquisas, tendo como meta obter melhor entendimento da praga, cujas características ainda não são tão bem conhecidas.

Conectividade rodoviária, marítima e aérea

Representante da "Préfecture" da Guiana Francesa mencionou que está em curso alteração sobre a regulamentação de transporte marítimo naquele departamento ultramarino, sobretudo de catraias, e solicitou o envio das regulamentações brasileiras, de forma a buscar normas convergentes.

No que diz respeito ao transporte marítimo, a "Préfecture" recordou que o porto de Caiena ("Grand port maritime de Guyane") trabalha no projeto de uma linha de cabotagem entre Caiena e Macapá.

A respeito do transporte aéreo, os dois lados concordaram sobre a importância do estabelecimento de voos regulares entre Macapá e Caiena, e reiteraram gestões recentes nesse sentido.

Representante do DNIT traçou panorama atualizado acerca das obras de pavimentação da BR-156. Reafirmou o compromisso do DNIT com a manutenção constante da estrada, de forma a manter sua trafegabilidade e a qualidade do trecho asfaltado, inclusive com assinatura, em maio último, de novos contratos de manutenção. Recordou que, conforme anunciado na III Comissão Mista de Transportes (16/1, por videoconferência), aguarda-se o final do período chuvoso para iniciar as obras de asfaltamento do trecho norte da BR-156. Informou, ademais, que foi finalizado o processo de contratação de empresa para realizar a realocação, com consentimento, de aldeias indígenas que vivem

próximas àquela rodovia. A respeito de possível cooperação com o lado francês para conclusão da obra, o representante do DNIT afirmou que o Brasil é plenamente capaz de finalizar o asfaltamento da BR-156 e que não vislumbra a necessidade de cooperação internacional no momento. O lado francês saudou os avanços anunciados pelo DNIT.

Representante do MPO fez breve apresentação sobre as cinco rotas de integração sul-americana, em especial a Rota Ilha das Guianas, projeto que vem sendo tratado como prioritário por seu ministério. As rotas foram elaboradas após determinação do presidente Lula e contato com os estados brasileiros fronteiriços. A "Rota Ilha das Guianas", segundo o representante do MPO, busca incrementar a infraestrutura rodoviária, energética e digital de Roraima e Amapá, com potencial de incentivar as exportações e as importações desses estados, além de beneficiar as economias do Amazonas e do Pará. Foi sugerida, ainda, a criação de um grupo de trabalho temático para discutir a integração física e digital entre o Brasil e a Guiana Francesa. Em paralelo à plenária, o coordenador do MPO buscou fortalecer contatos com representantes da "Préfecture" da Guiana Francesa. Segundo seu representante, o MPO possuiria maior facilidade de interlocução, atualmente, com a Guiana e com o Suriname. Recordou, contudo, que a declaração conjunta emitida quando do encontro do presidente Lula com os mandatários guianense e surinamês em fevereiro último menciona explicitamente a intenção de incluir a Guiana Francesa nas discussões sobre a "Rota".

O secretário de Planejamento do Estado do Amapá discorreu sobre a importância, para o estado do Amapá, do projeto de porto seco na ponte binacional. A estrutura permitiria o transbordo automatizado de cargas de caminhões brasileiros até caminhões franceses, com realização de desembarço aduaneiro. Segundo o secretário, o projeto possibilitaria o comércio de bens que possivelmente não seriam economicamente viáveis mesmo com a implementação da Convenção TIR, devido aos seus elevados custos de seguro. O lado francês recordou que o projeto está em andamento e está previsto para ser aberto nos próximos anos.

Representante do Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Estado do Amapá (Prodap) anunciou termo de cooperação do governo daquele estado com as empresas Norte Telecom (brasileira) e Guyacom (franco-guianense) para extensão de cabo submarino de fibra ótica da Guiana Francesa até Macapá. Segundo o representante do Amapá, tratar-se-á de infraestrutura redundante para o Brasil, cuja ligação com a internet é atualmente abastecida inteiramente por cabos submarinos localizados em Fortaleza/CE. Para o Amapá, segundo o diretor do Prodap, a instalação da rede melhorará a conectividade, sobretudo em municípios da faixa de fronteira. O termo de cooperação foi assinado por representantes das duas empresas e pelo governador Clécio Luís.

Gestão da ponte binacional sobre o rio Oiapoque

Representante do DNIT afirmou que o Departamento incluiu a ponte binacional em contrato de manutenção de trecho da BR-156 assinado em maio último. Por meio do referido contrato, a ponte poderá receber obras de pequenos e médio reparos. Trata-se de medida provisória, até que seja concluída a licitação do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas (PROARTE), responsável pelo gerenciamento de serviços de manutenção e de reabilitação em Obras de Arte Especiais (OAEs). Pelo programa, a manutenção da ponte binacional será licitada em bloco que conterá a totalidade das 37 pontes da rodovia BR-156, aumentando, assim, a atratividade econômica do projeto. O DNIT espera concluir a referida licitação até novembro de 2024. O lado francês saudou os avanços anunciados pela delegação brasileira.

A delegação francesa agradeceu igualmente ao lado brasileiro pela extensão do horário de funcionamento da ponte sobre o rio Oiapoque. Desde 15 de maio, a RFB ampliou o horário de funcionamento da ponte binacional para a faixa de 7h às 19h, ininterruptamente, inclusive em feriados. Anteriormente, a ponte funcionava todos os dias, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2024

ABERTURA

A abertura do segundo dia foi realizada pelo ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, que fez balanço da política externa no governo atual. Ressaltou a importância atribuída pelo Governo Federal nas relações com a França e, no âmbito das atribuições de seu Ministério, revelou a expectativa para novos avanços em temas como gestão de recursos hídricos, combate à incêndios e desenvolvimento da faixa de fronteira.

A embaixadora Michèle Ramis agradeceu e indicou que a presença do ministro salienta a importância da CMT, instituição não somente de interesse regional, mais também nacional; recordou ainda que muito dos pontos que são tratados neste âmbito fazem parte do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado em março de 2024 pelos presidentes Lula e Macron.

Em complemento, o governador Clécio Luís saudou a presença do ex-senador e governador do estado do Amapá, João Capiberibe, cuja contribuição, em sua visão, foi fundamental para o lançamento das relações transfronteiriças entre o Brasil e a França.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA E SEGURANÇA

Cooperação militar

O comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, passou em revista a organização do EB na fronteira, que inclui a Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte, subordinado ao 34º Batalhão de Infantaria de Selva (34º BIS), justaposto à base militar francesa em Saint-Georges; e o Destacamento Especial de Fronteira de Vila Brasil, justaposto ao destacamento militar francês em Camopi.

A respeito da cooperação bilateral, ambos os lados destacaram a realização de Reuniões de Intercâmbio Militar (RRIM) desde 2008. Entre os entendimentos recentes, está a possibilidade de aeronaves militares do EB utilizarem a pista de pouso francesa em Camopi para realizar o rodízio de tropas no destacamento de Vila Brasil. O comandante mencionou, como ponto a ser negociado, o incremento da troca de informações militar.

As partes ressaltaram, ademais, a continuidade, em 2024, das operações coordenadas e simultâneas entre o 34º BIS e o 3e "Régiment Étranger d'Infanterie" (3º REI). Ocorrem, mensalmente, operações de menor porte - nomeadas "Rochelle" - e, semestralmente, operações de maior porte - "Jararaca". O lado francês destacou que considera "excepcional" a cooperação com as Forças Armadas do Brasil e quer desenvolver ainda mais as operações e patrulhas simultâneas. O combate contra os garimpeiros é alvo comum fundamental.

Por parte da Marinha do Brasil, o comandante da Capitania dos Portos no estado do Amapá destacou a presença, desde 2015, de oficial de ligação da força em Caiena. Ressaltou, ademais, a realização de patrulhas simultâneas entre a MB, por meio do 4º Distrito Naval, e a Marinha Francesa.

Defesa civil e combate à incêndios

O lado francês ressaltou o interesse francês em assinar acordo sobre cooperação na luta contra incêndios. Destacou que, embora o texto não tenha sido finalizado a tempo da visita do presidente Macron ao Brasil, seu governo ainda possuiria interesse em continuar as negociações para firmar o documento ainda no corrente ano. Em resposta, a delegação brasileira afirmou que as negociações estão em andamento, e que ambos os governos devem se inspirar na boa cooperação já existente entre o Corpo de Bombeiros Militar do Amapá e sua contraparte francesa.

Os representantes do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Amapá e do Serviço de Incêndios e Socorro da Guiana Francesa traçaram o panorama da cooperação na zona fronteiriça. Trata-se de cooperação para realização de simulados, treinamentos e ações de integração entre as duas instituições.

A respeito da cooperação em defesa civil, o lado brasileiro recordou que o tema consta no Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica. Mencionou que há avanços na temática com outros vizinhos, incluindo no âmbito do MERCOSUL. Propôs ao lado francês o início de conversações entre o MIDR e sua contraparte francesa para negociar documento sobre o tema, utilizando como base, se possível, o Guia de Atuação para Resposta a Desastres e Assistência Humanitária no Marco da Gestão Integral de Risco do MERCOSUL. O ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional reforçou o interesse de seu ministério em estreitar a cooperação com a França em temas de fronteira, incluindo defesa civil, após a assinatura, durante a visita ao Brasil do presidente Macron, de dois documentos que tratam da cooperação bilateral de forma ampla - Declaração de Intenções em Matéria de Proteção e Defesa Civil e Memorando de Entendimento para a Cooperação em Projetos de Desenvolvimento Sustentável Regional. O lado francês confirmou o interesse em avançar na cooperação em defesa civil na região de fronteira.

Cooperação policial

O comandante da Gendarmeria da Guiana Francesa, passou em revista a situação securitária naquela coletividade, que sofre com a violência decorrente da consolidação das facções criminosas brasileiras no território. Mencionou a necessidade de se organizar patrulhas conjuntas com o lado brasileiro, como já ocorre entre forças policiais francesas e surinamesas. Para isso, solicitou a rápida tramitação do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal, assinado durante a última visita presidencial francesa ao Brasil.

Pelo lado brasileiro, delegado da Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional da Polícia Federal, saudou a assinatura de tal termo aditivo e da Declaração de Intenções Relativa ao Reforço da Cooperação na Luta contra o Garimpo Ilegal. Afirmou que a PF está pronta para incrementar a cooperação com o lado francês no combate ao garimpo ilegal, inclusive por meio de troca de informações e conhecimentos técnicos. Citou, nesse sentido, o Programa Ouro Alvo, que busca estabelecer a origem do ouro para retirar de circulação a produção ilegal. Por sua vez, o coordenador de Cooperação Internacional da Polícia Rodoviária Federal, ao mencionar o interesse da PRF em negociar termo de cooperação com o lado francês, saudou a possibilidade de manter reunião sobre o tema à margem da CMT.

Autoridades de segurança pública do estado do Amapá, por fim, traçaram as principais estratégias para combate à criminalidade naquela unidade da federação, bem como apresentaram os resultados das políticas públicas implementadas, a exemplo da redução, em 2024, de 35% no índice de homicídios. Ressaltou-se também uma nova realidade de forte integração entre as forças de segurança pública do Amapá que tem promovido maior eficácia nas ações desses órgãos.

Cooperação judiciária e troca de informações

As partes saudaram a realização de reunião bilateral à margem da plenária sobre o tema.

Ao saudar a assinatura, durante a visita ao Brasil do presidente Macron, do Adendo ao Acordo de Cooperação em Matéria Penal, o procurador-geral da Corte de Apelação de Caiena sustentou que Brasil e França possuem instrumentos modernos de cooperação judiciária, mas seria preciso torná-los mais efetivos. Defendeu a necessidade de negociar instrumento bilateral para regular a transferência de pessoas condenadas, uma vez que a Convenção do Conselho da Europa de 1983 já está obsoleta e não atende as especificidades dos dois países. O procurador-geral, ao mencionar o "problema do consentimento", argumentou que faria mais sentido que o preso brasileiro cumprisse pena perto de sua família, onde teria maior possibilidade de reinserção social. No tocante ao tema da extradição, recordou que o tratado sobre a questão entre os dois países já existe, mas que é preciso maior rapidez no procedimento, ademais de equacionar bloqueios na comunicação entre as partes.

Por sugestão brasileira, conforme mencionada pelo presidente do Tribunal de Justiça do estado do Amapá, a PF e o TJAP entrariam em contato com os policiais do CCP, coletariam a relação de todos os presos brasileiros e verificariam aqueles que teriam cometido crimes no Brasil. A partir desses dados, encaminhariam, com a brevidade possível, todos os casos de extradição relativos ao estado do Amapá. Além disso, o presidente do TJAP comprometeu-se a fazer gestões junto a tribunais de outros estados para que se possa implementar procedimento análogo.

Por fim, representante da ABIN ressaltou o interesse da Agência em colaborar com o lado francês na troca de informações, incluindo sobre a questão dos migrantes irregulares, de forma a coibir os crimes conexos.

COOPERAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Programa INTERREG Amazônia

O secretário de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Amapá ressaltou a dificuldade em obter recursos do fundo, mas reforçou o interesse do governo do estado em aproximar-se do programa.

O lado francês agradeceu a participação do Brasil no Programa e comprometeu-se a favorecer projetos de cooperação regional. O presidente da CTG fez breve balanço das ações do INTERREG Amazônia, que considerou positivo. Recordou que o INTERREG investiu, entre 2014 e 2020, € 18 milhões, com foco em quatro eixos: econômico, biodiversidade, transportes e saúde. No período 2021-2027, por sua vez, os eixos serão: cooperação econômica e científica, meio ambiente, saúde, treinamento, inclusão social, e melhoria da governança.

Cooperação em saúde

As partes ressaltaram o bom andamento da cooperação em saúde e as discussões produtivas da reunião paralela sobre o tema.

O superintendente de Vigilância em Saúde do estado do Amapá ressaltou o início das obras do Laboratório de Fronteira, no Oiapoque, que permitirá resposta mais rápida nas ações de vigilância local. Enfatizou, ademais, a proposta de criação de um Centro de Coordenação de Saúde na fronteira que possa facilitar a troca de informações, acolher pesquisadores e atuar como um elo entre os dois sistemas de saúde.

O deputado Dorinaldo Malafaia anunciou a destinação de emenda de R\$ 3 milhões para a construção da Casa da Mulher na Fronteira - Maria Clara Karipuna, no Oiapoque, a ser gerenciada pela ONG DPAC Fronteira. A instituição já realiza trabalho de apoio social a famílias do Oiapoque em situação de vulnerabilidade social. A Casa da Mulher na Fronteira terá como foco o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica nos dois lados da fronteira. O nome do centro faz alusão a adolescente indígena, da etnia karipuna, violentada e assassinada em setembro de 2023, no Oiapoque. Antes de falecer, a jovem chegou a ser transferida para o hospital de Caiena, onde ficou internada por quatro dias.

O diretor-adjunto da Agência Regional de Saúde (ARS) da Guiana indicou que a ARS tem um roteiro estratégico transfronteiriço ("Guyane Santé 2030") e que promove o reforço da cooperação operacional entre os hospitais (Saint Georges e Oiapoque), o desenvolvimento das pesquisas científicas, a cooperação na monitorização e segurança sanitária, e sublinhou a dinâmica positiva na região.

Cooperação cultural e educacional, incluindo temas dos povos indígenas

A respeito dos temas culturais, as duas delegações mencionaram o interesse em estreitar a cooperação entre o estado do Amapá e a CTG, sobretudo para divulgação de artistas e eventos culturais. O lado francês mencionou, ademais, o interesse de desenvolver projetos em conjunto entre representantes da Guiana Francesa e o Estado do Amapá para as Temporadas Culturais Brasil-França 2025.

No âmbito da cooperação educacional, ambos os lados saudaram avanços recentes na cooperação. Recordaram a visita, em maio último do reitor da Guiana Francesa ao Amapá, ocasião em que foi renovado termo de cooperação para a promoção de intercâmbios de alunos e professores, bem como para a capacitação de professores de francês. Cabe recordar que o francês está na grade curricular das escolas da rede pública amapaense. Ademais, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá ressaltou a disposição em realizar cooperação em matéria acadêmica.

A secretária dos Povos Indígenas do Amapá passou em revista os principais tópicos abordados em reunião bilateral à margem da plenária. Confirmou o interesse brasileiro em realizar, conforme proposto pelo lado francês, projetos em conjunto para o Ano Cultural, tanto da França no Brasil quanto do Brasil na França. Reforçou convite ao lado francês para realizar projetos com vistas à atuação dos povos indígenas na COP30, em Belém.

Representante do Conselho Costumeyro da Guiana Francesa ressaltou que a instituição está em processo de renovação. A respeito da inscrição do povo Wajãpi na UNESCO, opinou que o processo levará tempo, mas que o Conselho fará o possível para avançar.

Meio ambiente

Os dois lados saudaram a assinatura, durante visita de Estado ao Brasil do presidente Emmanuel Macron, de carta de intenções para a cooperação entre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Amazônico da Guiana Francesa. Em suas apresentações, os responsáveis dos dois parques relataram reunião bilateral que mantiveram à margem da plenária. Em seguimento à assinatura da carta de intenções, as partes expressaram grande interesse em avançar nas negociações de plano de ação. Definiu-se que os dois lados devem, em conjunto, pormenorizar as linhas de ação e construir um programa de trabalho com projetos concretos para submeter aos órgãos de financiamento. Acordou-se que haveria, em breve, nova reunião para avançar no plano de trabalho entre os parques.

A respeito da gestão de recursos hídricos, representante do MIDR defendeu que o primeiro passo deve ser o de institucionalizar a gestão das águas e incluir nas discussões todos os órgãos pertinentes na esfera brasileira, sob a coordenação do MRE. Acrescentou que o Brasil já possui ampla experiência, desde há muitas décadas, na gestão conjunta de recursos hídricos com países limítrofes, e, nesse sentido, os mecanismos existentes com outros vizinhos poderiam servir como base à cooperação com a Guiana Francesa. Abordou, as seguintes estruturas organizacionais nas fronteiras brasileiras: Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Prata), de 1969; Comissão Técnica Mista Brasil-Uruguai para a Bacia da Lagoa Mirim, de 1963; Comissão Mista Brasileiro-Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada do Rio Apa, de 2010; Comissão Mista Bolívia-Brasil do Sistema Tamengo, de 1978; Acordo sobre o Aquífero Guaraní, firmado em 2010; e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, instituída em 1998. Acrescentou, por fim, que o governo brasileiro é favorável ao diálogo e à cooperação no tema. O representante do MIDR ressaltou, ainda, que, em função de o Brasil compartilhar diversas bacias hidrográficas com países vizinhos, é necessária abordagem cooperativa e integrada, com vistas a garantir o uso sustentável, equitativo e pacífico dos recursos hídricos transfronteiriços. Indicou que, com o fito de evitar assimetrias, não haveria interesse do governo brasileiro em que as atividades nesse âmbito para gestão conjunta da bacia do rio Oiapoque sejam financiadas por recursos da União Europeia, e tampouco estejam vinculadas ao projeto BIO-PLATEAUX.

O lado francês passou em revista os planos para o projeto BIO-PLATEAUX II, que contará com quatro etapas: (i) diálogo territorial com a sociedade civil e autoridades locais; (ii) estudos para formulação de alternativas; (iii) eventos regionais; e (iv) apresentação de propostas às instâncias de governança.

Sobre o tratamento de resíduos sólidos, o lado brasileiro recordou a desativação do "lixão" de Oiapoque, conforme anunciado no VI Conselho do Rio, e apresentou os avanços no projeto de construção de célula sanitária naquele município, com capacidade para 20 anos de uso.

Cooperação econômica regional e local

O vice-coordenador do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá (PDIFF/AP) apresentou o andamento dos estudos que vêm sendo empreendidos no âmbito daquele plano. Trata-se de programa financiado pelo MIDR, com objetivo de realizar o diagnóstico dos oito municípios situados na faixa de fronteira: Amapá, Pracuúba, Serra do Navio, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Calçoene. O programa visa a compreender quais as maiores problemáticas e potencialidades de cada cidade e propor ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e ao

desenvolvimento socioeconômico e ambiental, por meio de uma carteira de projetos estruturantes que envolva as temáticas de educação, saúde, comunidades tradicionais, setor produtivo, turismo, infraestrutura, segurança, meio ambiente, bioeconomia e relação com a Guiana Francesa. Informações coletadas durante a fase de pesquisa serão examinadas para a elaboração de carteira de projetos a ser disponibilizada no final do plano, com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas.

Na sessão sobre cooperação econômica regional e local, também foram debatidos a experiência do Selo Amapá e o fomento ao turismo regional. A respeito do Selo Amapá, representante da Agência Amapá expôs a experiência de criação do Selo, com vistas a elaborar, no futuro, possível selo geográfico comum entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa, conforme sugestão aprovada no VI Conselho do Rio Oiapoque. No âmbito do turismo, representante do SEBRAE/AP convidou o lado francês a participar, em agosto, da Feira Internacional do Oiapoque.

ENCERRAMENTO

Pelo lado francês, discursaram o ministro-conselheiro da Embaixada da França em Brasília, Olivier Fontan, e o conselheiro diplomático do “préfet” da Guyane, Laurent Delahousse. O ministro-conselheiro agradeceu a acolhida no estado do Amapá e saudou os avanços obtidos na reunião plenária e nas reuniões paralelas. O embaixador Delahousse, por sua vez, mostrou-se favorável a projetos que favoreçam o desenvolvimento e o comércio regional.

Pelo lado brasileiro, discursaram o ministro Flavio Goldman, o ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, e o governador Clécio Luís. As três autoridades brasileiras saudaram o clima de cooperação dos dois dias da reunião e fizeram um balanço dos principais resultados. Ressaltou-se, ainda, a realização de dez reuniões paralelas à margem da plenária, sobre os seguintes temas:

- Transportes;
- Saúde;
- Cooperação agrícola;
- Cooperação policial;
- Gestão de recursos hídricos da bacia do Rio Oiapoque;
- Temas de interesse dos povos indígenas locais;
- Cooperação judiciária;
- Cooperação entre Parques Nacionais;
- Selo Amapá;
- Encontro entre o governador do estado do Amapá e o presidente da CTG.

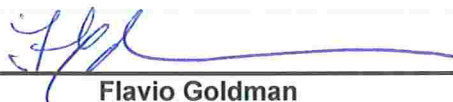
QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024

Em programa oferecido pelo Governo do estado do Amapá, as delegações presentes em Macapá visitaram, pela manhã, a Casa do Artesão, a Fortaleza de São José, o Museu Sacaca, e o Monumento Marco Zero. Pela tarde, foi realizada programação no empreendimento Flor de Samaúma.

Feita em Brasília, em 20 de agosto de 2024.

Pela República Federativa do Brasil,

Pela República Francesa,



Flavio Goldman

Diretor do Departamento de Europa do
Ministério das Relações Exteriores



Nathalie Broadhurst

Diretora de Américas e Caribe do Ministério
da Europa e dos Negócios Estrangeiros